

A RELAÇÃO ENTRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A INCLUSÃO SOCIAL EM MUNICÍPIOS DO MÉDIO ALTO URUGUAI DO RS

Nailê Locatelli Fantin¹
Antonio Joreci Flores²

RESUMO: O presente artigo é resultado de dois anos de pesquisa em políticas públicas na área de assistência municipal, utilizando-se dos municípios de Cristal do Sul e Vicente Dutra – RS, localizados na Região do Médio Alto Uruguai do Rio Grande do Sul para a coleta dos dados, com o intuito de melhor compreender as concepções e práticas existentes destinadas à parte da sociedade que se encontra excluída ou em fase de exclusão social. Esta pesquisa está focalizada na funcionalidade das políticas públicas dos governos federal, estadual e municipal, onde foi verificado se estas políticas estão contribuindo para a inclusão social ou apenas contendo um maior avanço de exclusão da referida região, a qual apresenta dificuldades em seu desenvolvimento econômico, social e ambiental onde, através desta pesquisa, foi possível apresentar resultados para a contribuição no avanço do conhecimento pela importância do tema, pois nota-se uma carência em certos aspectos de aplicabilidade destas políticas públicas. A importância do tema se dá também pela notoriedade que a área de Assistência Social vem obtendo no Brasil, decorrente da tentativa de inclusão, em que foram criados programas sociais para aqueles que se encontram à margem da população, tanto na zona rural quanto urbana das cidades do país.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Sociedade. Inclusão.

INTRODUÇÃO

Em decorrência do avanço do sistema capitalista, o qual acaba por modificar a economia, política, sociedade, e formas culturais através da prática neoliberal e impondo em nosso dia a dia o consumismo cada vez mais como uma ideia falsa de realização pessoal, onde os sentimentos de “ter”, “possuir” são característicos, a população torna-se alienada a tudo aquilo que é voltado ao espírito do “ser”. Mas, em contrapartida a este pensamento de realização através da aquisição, nem todas as classes estão aptas a acompanhar tais avanços capitalistas, onde os níveis de exclusão social tornam-se significativos, o sistema do capital não abre exceção àqueles que não têm poder aquisitivo para consumir os produtos que a mídia

¹ Acadêmica do VII Semestre do Curso de História da URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus de Frederico Westphalen (RS) e Bolsista do Projeto de Iniciação Científica. E-mail: naillocatelli@hotmail.com

² Professor Doutor da URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus de Frederico Westphalen (RS) e Orientador do Projeto de Iniciação Científica. E-mail: flores@fw.uri.br

divulga. O mundo torna-se globalizado, mas para apenas uma parcela da população: aquela que consome. Aqueles que não estão inseridos neste meio, que não conseguem acompanhar estes padrões de consumo e que não possuem condições básicas para a sobrevivência digna são excluídos.

As políticas públicas, então, vêm com a intenção de minimizar os níveis de exclusão existentes em nossa sociedade em favor do grande capital, através de recursos financeiros e humanos, estimulando assim as pessoas menos favorecidas a participarem de programas sociais e dentro desta perspectiva, com o tempo, adquirirem autonomia, pois ao passo que está incluída na sociedade, não mais necessitará depender do auxílio governamental, buscando assim alcançar a igualdade social, objetivo maior das políticas públicas. Nesse contexto, o Estado apresenta dificuldades em definir e implementar políticas econômicas e sociais que compensem e proporcionem um impacto menos desfavorável para que seu desenvolvimento ocorra em proporções condizentes com a necessidade de sua sociedade. As políticas públicas disponíveis no país, estados e municípios, representam um importante instrumento para amenizar a problemática da exclusão social existente na maioria dos espaços urbanos e rurais do Brasil.

1 ASSISTENCIALISMO SOCIAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E EXCLUSÃO: TEMAS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS

Os programas de renda mínima no Brasil começaram a ser discutidos por volta de 1975, onde era pretendido que aqueles que recebessem uma renda anual inferior ao valor estipulado seriam isentos do pagamento de impostos de renda. Este foi apenas um impulso para que influenciassem a prática do Plano de Combate à Fome e Miséria, durante o Governo de Itamar Franco. Depois disso, os programas foram crescendo e modificando, conforme a necessidade e ampliação de abrangência dos mesmos, assim como aspectos de natureza financeira do Governo Federal, vinculando também à educação e saúde, bem como práticas sociais de orientação e necessidade de pessoas aptas para trabalharem em cada município, atendendo as necessidades da população de baixa renda, essencialmente. Os programas sociais tiveram maior visibilidade a partir do século XXI, com o segundo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Os programas sociais implementados pelo governo provêm também de ideias lançadas em campanhas eleitorais, com a finalidade de cativar os eleitores a aderirem ao novo planejamento, sendo lançada como uma futura oportunidade de bem-estar social, visando às

necessidades do cidadão, oferecendo auxílio financeiro, alimentício e/ou humano, como contrapartida pela função social a que o indivíduo compromete-se exercer ou inserir-se na maioria das vezes, pois a família é o que constitui a unidade beneficiária, e dela são exigidas como contrapartida a frequência escolar das crianças e adolescentes, acompanhamento médico de gestantes e lactantes, acompanhamento das vacinas das crianças e a não exploração infantil através do trabalho. Existem programas que também auxiliam a família por um curto período, onde os membros desta têm como dever, com esta ajuda limitada, preencher a lacuna que estava dificultando a inclusão, proporcionando assim a possibilidade de realização do objetivo esperado.

As pessoas que estão excluídas da sociedade, por algum motivo que impossibilite a sua inclusão e bem estar social, podem buscar auxílio no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) de sua cidade ou mais próximo a ela, pois é no CRAS onde são feitos os cadastros para que mais tarde a pessoa venha a receber o benefício, e neste local, as pessoas recebem orientações e assistem palestras, entre outras atividades. Este espaço destinado à assistência social possui um padrão nacional:

Abriga no mínimo três ambientes: uma recepção, uma ou mais salas reservadas para entrevistas e salão para reuniões com grupos de famílias, além das áreas convencionais de serviços. O ambiente do CRAS deve ser acolhedor para facilitar a expressão de necessidades e opiniões, com espaço para atendimento individual que garanta privacidade e preserve a integridade e a dignidade das famílias, seus membros e indivíduos. [...] A estruturação e manutenção do espaço físico do CRAS é de responsabilidade do município / Distrito Federal como cumprimento do requisito de habilitação ao nível básico ou pleno de gestão do SUAS (MDS, 2008, p. 01-02).

Cada unidade do CRAS em funcionamento no país possui em sua composição de funcionários um coordenador, assistentes sociais, estagiários, psicólogos (a quantidade varia de acordo com a necessidade de cada unidade) e auxiliar administrativo. O financiamento para a manutenção do CRAS é fragmentado entre as prefeituras municipais e o governo federal.

1.1 Desigualdade social

A desigualdade social origina-se da relação entre trabalho e capital, a forma como se dá o processo de exclusão, desde o princípio, é a partir de um sistema “piramidal”, onde aqueles que têm um poder econômico maior instalam-se no topo, apesar de constituírem a minoria, tornando os que estão mais abaixo, os pequenos proprietários, trabalhadores e

escravos, seus subordinados. E assim ocorre sucessivamente entre as outras camadas da pirâmide, conforme a ordem decrescente impera.

A denominação exclusão é um termo que agrega diversos segmentos sociais, onde “designa um número imenso de situações diferentes, encobrendo a especificidade de cada uma” (CASTEL, 2000, p. 18), e por esta razão, não se permite saber de detalhes dos segmentos que constituem toda essa heterogeneidade de conteúdos que se faz necessário abranger, ficando assim um conhecimento superficial e visto na sua totalidade, deixando de analisar as particularidades com devida profundidade.

Em dias atuais, a opressão encontra-se em todos os espaços, sejam econômicos, sociais, culturais... Sem que haja uma maior percepção quanto a isso. Essa forma de opressão disfarçada é ainda a mais eficaz, atinge a todos de maneira diferenciada, e não ao mesmo tempo e nem da mesma forma, facilitando assim o conformismo e a falta de ação das pessoas pelo fato de não dar-se conta, por ser indireta. Um exemplo simples é o fator econômico, quando uma pessoa vai ao mercado e percebe (ou não) que o valor de determinado produto que consome teve seu valor alterado, e nem por isso questiona-se, simplesmente paga o produto pelo novo valor, sem saber se houve um motivo ou não para alteração, se em outros lugares isso também ocorreu ou não. Mill (2006) ilustra de maneira objetiva ao dizer que não é somente através das ações que se pode prejudicar os outros, afirmando que “Uma pessoa pode causar mal a outros não apenas por suas ações, mas por sua inércia, e em qualquer caso ela será justamente responsável por danos aos outros” (MILL, 2006, p. 29).

São estas práticas do dia a dia que subornam o livre-arbítrio, a mídia oprime, polui a mente com informações e imagens desnecessárias que muitas vezes em pouco ou nada acrescentam, e o que poderia ser visto como cultural pouco interessa à grande maioria da população. Oprime e nada é feito para impedir, ao contrário, é patrocinado pela população, que cada vez mais se deixa enganar pela propaganda e futilidades em geral, pelo estereótipo desejado, divulgando a individualização e o consumo, na ilusão de que se consumir determinado produto, será tão feliz quanto o personagem que divulga o produto na campanha publicitária.

Segundo Mill (2006), ao escrever sobre a liberdade, diz que: “A humanidade será maior beneficiária permitindo que cada um viva da maneira que lhe parecer adequada, do que obrigando cada um a viver do modo que parece bom para o resto” (MILL, 2006, p. 31). Ou seja, basta saber discernir quando a pessoa está ou não sendo levada a decidir por influência do capital maior, permitindo que cada um seja livre em suas escolhas, em qualquer lugar, sem prejudicar outrem, tanto pela ação quanto pela omissão.

O simples fato de considerar que uma pessoa é excluída é uma prática de opressão, pois ao utilizar este termo para referir-se a alguém, faz com que a pessoa se julgue superior (opressor) e o indivíduo ou grupo seja considerado oprimido, determinado a viver nas condições precárias em que se encontra atualmente, fazendo com que se deixe cair em um determinismo mal interpretado, pessimista. Segundo Castel, “Falar em termos de exclusão é rotular com uma qualificação puramente negativa que designa falta, sem dizer no que ela consiste nem de onde ela provém” (CASTEL, 2000, p. 21).

Guattari (2005) comenta sobre a produção da subjetividade, que nada mais é do que a produção de ideologia, do pensar e agir de cada indivíduo sendo produzido por “máquinas” que preocupam-se com o capital, com o acúmulo de riquezas por uma minoria (capitalismo):

As máquinas de produção da subjetividade variam. Em sistemas tradicionais, por exemplo, a subjetividade é fabricada por máquinas mais territorializadas, na escala de uma etnia, de uma corporação profissional, de uma casta. Já no sistema capitalístico, a produção é industrial e se dá em escala internacional (GUATTARI, 2005, p. 33).

O mundo não para, não há tempo para o lazer, e as doenças oriundas da prática desse pensamento não tardam a aparecer como sintomas de um corpo que desfalece a cada dia, de uma mente que está imbuída numa prática que não leva ao status sonhado, o consumo de antidepressivos aumenta, o mal do século é cada vez mais a solidão, o individualismo, a obsessão pelo consumir algo que não supre um vazio que não se entende do que é. O grande capital influencia ideologicamente: hoje as fronteiras não são mais políticas, o mapa do consumo está configurado pelo avanço das multinacionais. A expansão territorial não se faz pelo rei e seus exércitos, como na Antiguidade e Idade Média, hoje os tempos são outros, a guerra é pela matéria-prima e recursos naturais, a expansão é invisível para nós, lucrativa para eles. A poluição audiovisual em que estamos fadados a nos acostumar é cada vez mais violenta, e tornamos nosso aquilo que nos é desnecessário, imbuídos pela ideologia neoliberal, sustentando-a.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, descritiva e analítica sobre a realidade social dos municípios de Vicente Dutra e Cristal do Sul - RS, buscando identificar as políticas públicas existentes bem como sua aplicação e como vêm sendo desenvolvidas. Para coletar os dados, foram realizadas entrevistas a partir de questionários pré-estruturados

na área de assistência social municipal nos municípios mencionados durante os meses de março e abril de 2009.

Após a aplicação dos questionários, foi realizada a análise e interpretação dos dados coletados, onde pôde ser feita a caracterização das políticas públicas, obtendo maior clareza sobre como estão sendo desenvolvidas e quais são os métodos de aplicação utilizados nestes municípios, sobretudo quando utilizado o método da comparação entre os resultados das entrevistas, propiciando um melhor entendimento da situação e de como vêm sendo implementados e desenvolvidos os programas sociais.

3 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

3.1 Análise comparativa da questão das políticas públicas a partir das entrevistas realizadas em Cristal do Sul e Vicente Dutra – RS com as Assistentes Sociais Municipais

Ao comparar os Municípios de Vicente Dutra e Cristal do Sul - RS quanto às políticas públicas, nota-se concordância em alguns aspectos e algumas diferenças relevantes, onde serão analisadas as questões em comparação das respostas de ambos os Municípios:

Ao questionar sobre como os municípios são informados sobre as políticas públicas, as entrevistadas (assistentes sociais municipais em exercício de Vicente Dutra e Cristal do Sul - RS) responderam que a informação ocorre através da internet no site do governo, o qual é acessado com frequência em busca de novidades pelas assistentes sociais e outros funcionários envolvidos, e-mails recebidos e por divulgação, além de correspondências.

Na questão onde o assunto era relacionado sobre como ocorre a implementação dos programas nos municípios, novamente foram obtidas respostas parecidas, onde uma assistente complementou a outra, apesar de tratarem-se de municípios diferentes, destacaram que é realizado o pedido de implementação através de um projeto realizado pelo município, onde é pesquisado aquilo que ainda está dificultando a inclusão social das pessoas, e escolhido um dos programas oferecidos pelas diferentes esferas governamentais, que visa às necessidades do município para que possa, dentro de sua metodologia e público-alvo predefinido, atingir as pessoas que precisam de auxílio e suprir suas necessidades básicas. Quando aprovados estes projetos, são assinados consórcios/convênios, onde existe um prazo para os municípios assinarem e sanar aquela dificuldade de inclusão que tem no município, sendo incluído nele as pessoas que possuem o perfil já predefinido no próprio programa.

Ao comentarem sobre a eficiência dos programas (se é aplicado conforme as exigências e passos de cada programa) que estão em vigor em cada município, foram obtidos comentários consistentes, que se diferem em alguns aspectos. Em análise a estas respostas, pode-se destacar que é pretendido seguir conforme o que o programa preconiza, alguns dão mais abertura, onde o município pode optar a forma de trabalho e grupo, outros não dão tanta abertura, e o que se faz é tentar adaptar dentro das possibilidades, pois existe uma fiscalização sobre os mesmos, onde os prazos devem ser cumpridos. Há divergências nas respostas quanto às exigências, se são seguidas ou não, pois em Vicente Dutra - RS foi concluído que nunca é como na teoria, pois na prática, ao lidar com pessoas, às vezes é difícil seguir conforme sugerido ou criar algo além, e em Cristal do Sul - RS, busca atender/cumprir o que está pedindo o programa, pois é enviada a prestação de contas ao governo responsável pelo programa, como uma espécie de fiscalização.

3.2 Interpretação e análise da eficiência na implementação das políticas pela esfera municipal

Em relação às perspectivas futuras, sobre o que se pretende realizar nos municípios, as respostas foram positivas, onde demonstraram preocupação com a renda das pessoas, em proporcionar situações para possam desenvolver atividades que gerem renda, não apenas de artesanato, e também a realização de projetos para a implementação de novos programas sociais, como é o caso de Vicente Dutra, e criação de grupos, ampliando a abrangência de alguns programas já implementados e criação de uma horta familiar, também com o objetivo de sustentabilidade, em Cristal do Sul.

Vicente Dutra: existem projetos para realização de mais oficinas neste ano, haviam sido realizadas ano passado oficinas de artesanato (bordado, pintura em pano de prato, etc.), mas este ano a proposta é fazer oficinas que garantam também a renda das pessoas, para que depois possam dar continuidade sem depender do programa e sem depender de outros. Serão realizadas estas oficinas com vários grupos, com pessoas de várias idades. Estão tentando também, desde o ano passado, implantar no Município o Programa ProJovem¹, já foi feito o projeto, e estão aguardando resposta, ano passado foi recusado o projeto, e este ano foi realizada uma nova tentativa.

¹ **ProJovem:** Programa destinado à jovens de 15 a 17 anos, com capacitação teórica e prática, por meio de atividades que possibilitam a permanência do jovem no sistema de ensino, preparando para o mercado de trabalho. O benefício é de R\$ 65,00 mensais no período de até doze meses e, nesse período o jovem deve participar dos cursos desenvolvidos e atuar na comunidade (MDS, 2007).

Em Cristal do Sul, foi criada no final do ano passado uma complementação de subsistência ao programa Bolsa Família, onde foram selecionadas 20 famílias que participam do programa, para participarem também do “Programa Bolsa Família – Incentivo à Produção Auto-Sustentável”, onde os participantes recebem da prefeitura 3kg de feijão para plantarem, e depois de um período, devolvem à prefeitura 1,5kg do que colheram, utilizando recursos do IGD (Índice de Gestão Descentralizada), que segundo Aguiar:

Os recursos do IGD devem ser aplicados nas seguintes atividades: gestão de condicionalidades, gestão de benefícios, acompanhamento das famílias beneficiárias, cadastramento de novas famílias, atualização e revisão das informações contidas na base de dados do CadÚnico, atendimento às demandas relacionadas à fiscalização do PBF e implementação de programas complementares ao PBF nas áreas de:

- alfabetização e educação de jovens e adultos;
- capacitação profissional;
- geração de trabalho e renda;
- acesso ao micro-crédito produtivo orientado; e
- desenvolvimento comunitário e territorial, entre outras (AGUIAR, 2008, p. 01).

O benefício do IGD foi em parte destinado ao recurso de geração de trabalho e renda, ao incentivar o plantio de feijão em Cristal do Sul – RS. Este ano foi incluído também o Programa Piso Básico de Transição, o qual é destinado a crianças, famílias e idosos.

No PIM (Primeira Infância Melhor), foi criado um programa de incentivo ao plantio de árvores frutíferas, do qual participam as crianças de 0 a 1 ano, integrantes do PIM, que recebem uma muda de árvore para plantarem e cultivarem no quintal de casa; até agora foram plantadas apenas laranjeiras, mas pretende-se ampliar a variedade de árvores frutíferas. Estes auxílios aos programas foram criados para a subsistência das famílias que, segundo a assistente social, moram geralmente na área rural do Município, tendo condições de plantar o próprio alimento, o que falta é estímulo e auxílio às pessoas, que ultimamente compram tudo aquilo que poderiam produzir em casa. Este problema não ocorre somente em Cristal do Sul - RS, mas em muitos lugares, é visto como uma tendência do consumo apenas, e não mais do cultivo familiar de produtos alimentícios, tendendo à compra de produtos com poucos nutrientes e industrializados se comparados ao que poderia ser produzido.

Pretende-se dar continuidade a estas formas alternativas de subsistência, abrangendo esta iniciativa e fiscalizar a eficiência das mesmas nas propriedades. Há a possibilidade de cultivo por tratar-se de um Município essencialmente agrário, havendo espaço para o plantio nas moradias. Ainda esse ano, será criado um grupo de crianças e adolescentes com recurso do IGD (Índice de Gestão Descentralizada) do Bolsa Família, ampliar alguns programas, buscando atingir o objetivo e a implantação de uma horta familiar.

Ao ser questionado sobre o valor recebido do governo federal, estadual e prefeitura municipal, se é suficiente para manter os programas sociais que estão em funcionamento, em Cristal do Sul foi mencionado que depende do programa, e em Vicente Dutra a resposta foi afirmativa, pois há planejamento por parte dos governos quanto aos gastos, onde tudo já é programado de maneira abrangente, ou seja, não são pensadas nas especificidades de cada região ou local, os gastos são planejados, mas de maneira ampla, para todo o Brasil e/ou estado, e às vezes tenta-se adaptar para não perder o benefício. Mas não há abertura e financiamento suficiente para que seja criado algo além, apenas cumprido o que é exigido pela metodologia do programa. Destacando que, segundo a assistente social de Cristal do Sul, quando necessário o Município dá a contrapartida nos demais programas, pois o Estado exige também a contrapartida municipal.

Quanto às estruturas de cada ambiente direcionado ao atendimento social, são diferentes: em Vicente Dutra – RS tem o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), localiza-se ao lado da prefeitura, próximo à Praça Municipal. Possui uma recepção, 3 salas de atendimento individual e uma sala grande para reuniões, entre outras atividades. Das pessoas que trabalham no CRAS, há uma Secretária de Assistência Social Municipal que iniciou suas atividades este ano, 3 assistentes sociais, dentre elas uma estagiária, uma psicóloga e outros funcionários que ajudam, inclusive pessoas da comunidade que auxiliam nos cursos de artesanato, entre outros cursos e palestras.

Em Cristal do Sul, o local de atendimento não tem uma estrutura funcional, sendo atrás das dependências da antiga Prefeitura Municipal (onde hoje funciona o Posto de Saúde Municipal na parte da frente), não possui uma estrutura de divisão por salas, o espaço é um local aberto. São atualmente três assistentes sociais trabalhando nessa sala, onde duas delas são estagiárias recém contratadas e a outra assistente já está há algum tempo nesta função (mais ou menos 3 anos) e um secretário de Assistência Social que trabalha na prefeitura.

3.3 Conhecendo as políticas públicas existentes para minimizar essa problemática

PROGRAMAS SOCIAIS FEDERAIS		
Programas	Nº de beneficiados em Vicente Dutra	Nº de beneficiados em Cristal do Sul
Bolsa Família	522 famílias (9,37 da população total do Município)	309 famílias (10,41% da população total do Município)
PETI (Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil)	20 adolescentes da área urbana	Programa Inexistente
Piso Básico	38 famílias e 38 idosos	Programa Inexistente
PAIF (Programa de Atenção Integral à Família)	Atende as mesmas 522 famílias que integram o Bolsa Família	Programa Inexistente
BPC (Benefício de Prestação Continuada)	48 pessoas, entre idosos e portadores de necessidades especiais	Programa Inexistente
Pavilhão de Geração de Renda	Oito salas com estabelecimentos comerciais	Programa Inexistente
PACS (Programa Agentes Comunitários de Saúde)	Abrangência municipal	Programa Inexistente
PSH (Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social)	Programa Inexistente	45 beneficiados
PROGRAMAS SOCIAIS ESTADUAIS		
Programas	Nº de beneficiados em Vicente Dutra	Nº de beneficiados em Cristal do Sul
Fundo Estadual de Assistência Social	Atende 59 idosos	Atende 80 idosos
ASEMA (Apoio Sócio-educativo em Meio Aberto)	23 crianças e adolescentes de 7 a 14 anos	Programa Inexistente
OASF (Orientação e Apoio Sócio Familiar)	41 famílias	60 famílias
PIM (Primeira Infância Melhor)	Todas as crianças e gestantes do Município	40 crianças de 0 a 6 anos e gestantes
PROGRAMAS SOCIAIS MUNICIPAIS		
Programa	Nº de beneficiados em Vicente Dutra	Nº de beneficiados em Cristal do Sul
PSF (Programa Saúde da família)	Programa Inexistente	100% do município atendido.

Quadro 1: Programas sociais que estão sendo trabalhados nos municípios de Vicente Dutra e Cristal do Sul – RS

Neste quadro estão discriminados os programas e o número de pessoas que estão incluídas em cada um dos programas, em seus respectivos municípios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante esses dois anos de pesquisa, pôde-se constatar que a área de Assistência Social vem crescendo e realizando um importante papel na sociedade atual, procurando não mais apenas auxiliar as pessoas, mas mostrar saídas para que ocorra a inclusão daqueles que se encontram à margem da sociedade. Os motivos que resultam na exclusão social são diversos, e o conhecimento dos mesmos auxiliam na compreensão da dimensão da exclusão social, tanto a exclusão objetiva quanto subjetiva. Das entrevistas, surgiram resultados satisfatórios por um lado e instigantes por outro, e a comparação facilita para que tenhamos a dimensão do que está sendo realizado quando se refere à questão de políticas públicas para a inclusão social na região do Médio Alto Uruguai do Rio Grande do Sul. A partir disso, podemos observar, nas entrevistas, que há uma preocupação quanto à subsistência familiar e alimentação, onde os recursos financeiros não são mais suficientes para a inclusão social. Os resultados obtidos através das entrevistas tornam-se uma importante fonte de pesquisa, pois são poucas as publicações que se encontram sobre o assunto em nível regional, apenas de uma forma muito específica de casos ou de maneira superficial.

THE RELATIONSHIP BETWEEN PUBLIC POLITICS AND SOCIAL INCLUSION IN THE MIDDLE-HIGH URUGUAY REGION, RS, BRAZIL

ABSTRACT: This article is the result of two years of public policy research in the area of municipal assistance, using the cities of Crystal and South Vicente Dutra - RS, located in Upper East Region of Uruguay's Rio Grande do Sul to collect data, with the aim of better understanding the concepts and practices for the part of society that is being excluded or social exclusion. This research is focused on the functionality of the public policies of federal, state and municipal level, where it was checked whether these policies are contributing to social inclusion or containing only a major advance for exclusion from this region, which presents difficulties in its economic development, where social and environmental, through this research, it was possible to present results for the contribution to the advancement of knowledge by the importance of the topic, because there is a clear shortage in certain areas of applicability of these policies. The importance of the issue also occurs by the reputation that the area of Social Services has achieved in Brazil, due to the attempt of inclusion, they were created social programs for those at the margins of the population in both rural and urban cities the country.

Keywords: Public Policy. Society. Inclusion.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Aline. **Índice de Gestão Descentralizada – IGD**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/estados_e_municipios/indice-de-gestãodescentralizada-igd/> Acesso em: 13 abr. 2009.

CASTEL, Robert (Org.). **Desigualdade e a questão social**. 2. ed. São Paulo: Educ, 2000. 272p.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. 440p.

MDS-SUAS. Governo Federal. **Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao-social-basica/paif>>. Acesso em: 10 jun. 2008.

MILL, John Stuart. **Ensaio sobre a liberdade**. Tradução de Rita de Cássia Gondim Neiva. São Paulo: Escala, 2006, 157p.